


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011447-31.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Coisas**  
 Embargante: **POLPACK EMBALAGENS LTDA**  
 Embargado: **ANGELPLAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**POLPACK EMBALAGENS LTDA** opõe embargos de terceiro contra **ANGEPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA**, pedindo a desconstituição do arresto máquina "01" objeto de constrição no processo nº 1008468-96.2014 (fls. 46 daqueles), ação movida pela embargada contra *V. Maq. Indústria e Comércio de Máquinas Ltda – ME*. Sustenta a embargante ser proprietária da máquina, que estava na posse da ré do processo principal para a manutenção e posterior devolução à embargante.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo em relação ao bem objeto dos embargos, sem a concessão de liminar possessória (fls. 21).

A embargada contestou (fls. 24/26) sustentando, em preliminar, a ilegitimidade *ad causam*, e, no mérito, que o embargante não comprovou seu direito sobre o bem.

O embargante ofertou réplica (fls. 31/37).

**É o relatório. Decido.**

Julgo o pedido no estado em que se encontra o processo, vez que não há prova a produzir em audiência de instrução e julgamento (art. 1.053 c/c art. 803, parágrafo único, c/c art. 330, I do CPC), havendo pertinência apenas em relação à prova documental; todavia, quanto a esta, prevê o art. 396 do CPC que "competem à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações".

A preliminar de ilegitimidade de parte não pode ser aceita pois a embargada deu causa à propositura dos embargos ao postular, na ação principal, o arresto geral de bens, devendo, pois, ocupar o pólo passivo da relação processual.

Os embargos devem ser rejeitados, pois a embargante não comprovou seu direito.

A nota fiscal de fls. 11, único documento trazido, não é prova satisfatória. O simples fato de na nota constar que a saída da mercadoria seria para "conserto" não implica que esse fosse, verdadeiramente, o fim daquela transação comercial. Se a finalidade realmente fosse a de consertar ou fazer a manutenção da máquina, haveria nos autos outros documentos comprobatórios de tal circunstância, por exemplo contatos relativos à intenção de consertar, demonstração documental do problema apresentado pela máquina (mesmo em contatos internos, feito entre funcionários da embargante), prova do pagamento do preço pelos serviços de conserto (a embargante, pagando a Antonio Carlos Varela Eireli Epp, que seria o destinatário, pela nota fiscal). Mas não há qualquer outro documento nos autos.

Frise-se que a nota fiscal já contém indicação clara de que seu conteúdo não é verdadeiro pela menção do destinatário da nota, que seria Antonio Carlos Varela Eireli Epp, e não a ré dos autos principais, empresa que, porém, estava com a posse efetiva da máquina quando foi arrestada. Isso, mesmo considerando a circunstância de que Antonio Carlos Varela é procurador daquela empresa.

E, por fim, cumpre observar que a nota fiscal é datada de 19/06/2014 e o bem foi arrestado em 06/10/2014, quase quatro meses depois, tempo suficiente para se suspeitar da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

alegação de efetivamente ter saído do estabelecimento da embargante para manutenção ou conserto, não se cogitando de um empresa que utiliza uma máquina no dia-a-dia permitir tanta demora para reparo (saliente-se que o vício supostamente existente na máquina não foi declarado).

Ante o exposto, não comprovado o direito da embargante, **REJEITO** os embargos e **CONDENO-A** nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 27 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**